

CONGRESSO DO TURISMO DO ALENTEJO

Um Turismo de “todos e para todos”: - Como?

A capital do Baixo Alentejo acolheu, nos dias 26 e 27 de Março o I Congresso do Turismo do Alentejo, no octogenário Cine-Teatro Pax-Júlia os cerca de 800 congressistas em torno da discutiram o desenvolvimento turístico no Alentejo.

Desta forma, pretende-se com este artigo de opinião e com base nas conclusões apresentadas no Congresso, tecer alguns considerandos acerca da representatividade do turismo sob o ponto de vista socioeconómico, bem como alvitrar para uma linha orientadora para que o turismo regional possa ser na realidade, alicerçado em valores de sustentabilidade ambiental, económica e social.

O turismo assume um papel cada vez mais relevante nos domínios económico-social, o qual é reconhecido através da sua integração nas prioridades das políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais. Sublinhe-se o facto, deste sector, em termos mundiais, contribuir para a criação de 235 milhões de empregos directos e indirectos, bem como, representando 9,4% do PIB mundial. Portugal surge em 19.º lugar no ranking mundial dos destinos turísticos, registando em 2007, cerca de 12,3 milhões de chegadas turísticas internacionais aos aeroportos, reflectindo-se em 7.652 milhões de euros de receitas turísticas. No caso da região Alentejo, desde a década de 90 do século passado, regista-se uma assinalável ascensão na sua representatividade e competitividade turísticas, traduzindo em 2008, segundo dados publicados pelo INE, mais de 1 milhão de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e cerca de 125 mil dormidas em estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural. Acrescente-se que o ano de 2009 obteve um crescimento de 6,4% no total das dormidas, revelando-se no contexto nacional enquanto a região com maior crescimento neste indicador. Registe-se que o seu sucesso é garantido pelo crescimento do mercado doméstico, que reflectiu um aumento de 10,3% nas dormidas registadas no Alentejo, ao invés acompanhado do reflexo internacional, registou um decréscimo de 3,9% nas dormidas efectuadas pelos estrangeiros.

O Alentejo, dadas as peculiares características territoriais e culturais, deverá gizar a sua afirmação turística planeando e constituindo um destino sob uma perspectiva integrada, na óptica da sustentabilidade dos seus recursos, bem como pela capacidade de identificar e projectar os seus reais elementos diferenciadores com o objectivo de gerar valor, quer numa perspectiva concorrencial, quer, internamente, numa perspectiva económico-social. Assim, será a partir das potencialidades ambientais, patrimoniais e culturais que se deverá encarar a estruturação da oferta turística, constituindo-se um destino que permita a distribuição dos benefícios pelos agentes turísticos locais e populações locais.

No caso da grande região do Alentejo, estas questões deverão merecer o devido empenhamento e diagnóstico, pelo que, será necessário garantir que a sua sustentabilidade enquanto destino turístico se pautará pela promoção da qualidade de vida das comunidades residentes nas vertentes económica, social e ambiental, bem como, na garantia da constituição de um destino competitivo no contexto nacional e internacional que resulte na satisfação de todos os actores desse destino, a saber: - visitantes, residentes, empresários turísticos, órgãos governamentais e não governamentais. Particularizando a análise na estruturação de um futuro destino turístico, julga-se que um dos elementos catalisadores para a sua diferenciação será a garantia de que este sector se desenvolverá em conjunto com outra(s) actividade(s) de base produtiva regional (como por exemplo a agricultura).

Numa das conclusões do congresso propõe-se a criação de uma Organização de Gestão do Destino (DMO), aproveitando a janela de oportunidade criada pelas novas tecnologias para agilizar a gestão da oferta desde a criação até à venda. Claramente, considera-se que este espaço de actuação não deverá ser de domínio público exclusivo, mas sim partilhado com os outros agentes regionais e locais. Segundo a OMT, do ponto de vista paradigmático social e comercial actual no turismo, encontramos-nos num momento em que os responsáveis públicos pela política e desenvolvimento dos destinos deverão situar-se no plano gerado pela nova era do turismo, designado de turismo e

governança (conceito que se distingue de governo, na medida em que representa as qualidades e meios/processos). Esta nova era do turismo assenta em novos cenários, entre os quais, a reestruturação das tecnologias de informação e comunicação, o aumento do conhecimento e informação, as repentinas alterações das condições de *status* social, provocadas pelo novo liberalismo, elevando os índices de precariedade e perda de poder de compra elevados que indirecta e/ou directamente provocarão impactos socio-económicos nos destinos turísticos. Desta forma, como resposta e solução alternativa ou de prolongamento propõe-se um modelo de governança que assente neste novo paradigma do turismo que se sustenta em quatro dimensões: 1- As empresas; 2 – Sistemas de suporte globais e subcontratações, ou seja, numa dinâmica gerada pela sector publico, privado e sociedade civil; 3 - a procura turística (que é mais sofisticada); 4 – a oferta turística (que deverá pautar-se por ser mais sustentável, competitiva e assente numa filosofia de governança). Todas essas dimensões encontram-se baseadas em cenários futuros que, reforçam a necessidade de uma maior equidade social; de prioridade pelo *eco-equilibrio*; pelo surgimento de verdades inconvenientes (p.e. conforme refere o relatório Stern apresentado em Fevereiro de 2009, que coloca em evidência os efeitos catastróficos provocados pelas alterações climáticas).

Assim para o Alentejo, propõe-se um modelo de política pública do turismo baseado numa Organização de Governança do Destino (OGD), assente em princípios e novos processos de macro-gestão ao nível do destino, no qual seja possível em conjunto com os sectores público, privado e sociedade civil regional, definir uma política do turismo, assente em objectivos que coloquem o Turismo regional assente numa política pública sectorial e transversal, representando assim os interesses de todos.

Para concluir, e no que diz respeito ao programa do congresso, dever-se-á registar a não inclusão no programa do congresso de um painel referente aos estabelecimentos de ensino superior e profissional que oferecem formação nos vários domínios do turismo. No campo particular das instituições do ensino superior do Alentejo (Universidade de Évora; Institutos Politécnicos de Beja e

Portalegre), que no total oferecem 3 licenciaturas e 1 mestrado em Turismo, seria importante o seu contributo sobretudo numa perspectiva de apresentação da sua oferta formativa, trabalhos de investigação e projectos com uma forte ligação à comunidade, bem como a partilha de vários exemplos da sua forte ligação ao sector turístico local e regional por intermédio dos seus programas de estágio curricular.

Em segundo lugar, aliviar a insistente mensagem transmitida por alguns responsáveis autárquicos do Alentejo acerca da excessiva existência de estudos para o desenvolvimento do turismo regional. Felizmente que o painel sobre Benchmarking de Destinos Turísticos, nomeadamente através do exemplo das regiões da Toscana (Itália) e La Rioja (Espanha), revelaram que as suas estratégias de actuação são desenhadas mediante a realização de estudos ancorados num observatório de turismo de forma a inovar, modernizar e competir à escala internacional. Neste ponto dever-se-á colocar em evidência a projecto do Observatório regional do Turismo que a ERT Alentejo irá concretizar, em parceria com as instituições de ensino superior regionais e núcleos empresariais regionais.

Acrescente-se que, a par dos anunciados grandes investimentos turísticos do Alentejo, os micro e pequeno empresários possam continuar a fornecer o seu distintivo e importante contributo para o desenvolvimento do turismo regional, os quais contam com uma história de duas décadas de actividade. Ainda neste grupo, considera-se ser oportuno não esquecer o importante contributo que, anteriores autarcas do Alentejo, responsáveis pelas anteriores Regiões de Turismo e em particular pela extinta Associação das Regiões de Turismo do Alentejo, forneceram para a afirmação do turismo do Alentejo nos contextos nacionais e internacionais. Este legado permitirá adoptar, corrigir e melhorar as políticas exercidas para o turismo regional, com o intuito de as cimentar com base nos pilares da equidade social, desenvolvimento sustentável e competitividade da oferta turística do nosso futuro destino turístico do Alentejo.